

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 2.512, DE 2023

Altera o art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para incluir a aquisição de medicamentos oncológicos entre as hipóteses de dispensa de licitação.

Autores: Deputados WELITON PRADO E
SILVIA CRISTINA

Relator: Deputado CLODOALDO
MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe pretende incluir a aquisição, pela Administração Pública, de medicamentos oncológicos entre as hipóteses legais para a dispensa da licitação.

Para justificar a iniciativa, os autores argumentam que a Lei, atualmente, prevê essa dispensa no caso de aquisição de medicamentos usados exclusivamente para o tratamento de doenças raras. O objetivo da inclusão de medicação oncológica é de tornar mais célere a compra de produtos para o tratamento do câncer, que é um dos maiores problemas enfrentados em todo o mundo e uma das maiores causas de mortalidade.

A matéria foi distribuída para a análise conclusiva das Comissões de Saúde; de Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão de Saúde.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de Projeto de Lei que propõe a alteração da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para incluir entre as hipóteses de dispensa de licitação a aquisição de medicamentos oncológicos pela Administração Pública. A esta Comissão compete a avaliação do mérito da proposição para o sistema público de saúde.

O câncer agrupa doenças que figuram entre as principais causas de mortes em todo o mundo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, no ano de 2018 foram 9,6 milhões de óbitos no mundo. Vale destacar que 70% desses óbitos ocorrem em países de baixa e média renda. A demora no diagnóstico e a inacessibilidade aos tratamentos são muito comuns e contribuem de forma decisiva para a piora de prognóstico e para o nível elevado de óbitos.

Esses números demonstram o nível de importância do combate ao câncer de modo eficaz. Quanto antes for iniciado o tratamento das neoplasias, maiores são as chances de sucesso. Por isso, o Poder Público precisa dispor de instrumentos gerenciais que permitam a aquisição rápida dos produtos indicados, de modo a evitar o desabastecimento dos medicamentos utilizados no combate aos tumores.

A demora no início do tratamento pode contribuir para que as células cancerígenas se multipliquem de forma descontrolada e se espalhar para outras partes do corpo. Do mesmo modo, é muito indesejável que a terapia iniciada seja abruptamente interrompida em decorrência da falta dos medicamentos, que pode ser ocasionada por problemas nos certames, recursos e licitações desertas. Tal ocorrência são bastante indesejáveis e podem contribuir para o agravamento do quadro clínico dos pacientes que precisam de acesso célere às terapias. Os custos do tratamento de casos mais graves geralmente são mais elevados, pois podem demandar mais ciclos de quimioterápicos, ou a associação com estratégias diferenciadas, como radioterapia e imunoterapia, o que pode impactar negativamente o sistema público de saúde.



Assim, entendo que a medida sugerida se mostra meritória para a proteção da saúde individual ao facilitar o acesso tempestivo e contínuo a medicamentos essenciais para o tratamento dos pacientes diagnosticados com neoplasias. A redução da burocracia na aquisição de produtos essenciais para o enfrentamento do câncer trará melhorias na operacionalidade do sistema público de saúde, com ganhos na gestão das compras de medicamentos oncológicos por meio de dispensa da licitação, a exemplo do que já é previsto para os produtos utilizados nas doenças raras.

Ante todo o exposto, VOTO pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.512, de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado CLODOALDO MAGALHÃES
Relator

